

## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NA MODALIDADE

Eixo 02 - Educação a Distância

Paula Eliane Costa ROCHA<sup>1</sup>  
Patrícia Moraes VEADO<sup>2</sup>  
Andrea Cristina VERSUTI<sup>3</sup>

### RESUMO

No contexto da sociedade contemporânea a Educação a Distância (EAD) é considerada como modalidade da educação que possibilita diferentes formas de ensino e aprendizagem. No século XX, nota-se a expansão de propostas da modalidade em vários níveis de ensino, porém, a EAD encontra-se permeada por dificuldades para sua completa materialização, as quais nomeamos limites e contradições. Este trabalho tem o objetivo discutir a modalidade EAD a partir de duas categorias de análise: as contradições e os limites da profissionalização docente, bem como compreender como as políticas educacionais tratam esta modalidade de ensino, e as medidas desempenhadas pela legislação para que a EAD se efetive. Trata-se de um estudo qualitativo, pautado por pesquisa documental e revisão bibliográfica para conceituar a EAD, como BELLONI (2001; 2008), GUAREZI, (2009), MOORE e KEARSLEY (2007), além de autores que tem demonstrado preocupação com as políticas educacionais voltadas à modalidade, tais como; como NETO (2008), PRETI (1998), SILVA (2006). Com este estudo foi possível constatar que ao professor atuante na Educação a Distância é exigido o atendimento a uma série de novas competências e habilidades, dentre as habilidades imprescindíveis listadas estão aquelas relacionadas a: estética dos materiais didáticos, formulação e cumprimento de objetivos pedagógicos - aliados às condições da distância física, adequações do conteúdo aos formatos das novas mídias e aspectos relacionados as novas rotinas de trabalho e comunicação com os alunos. Este conjunto de habilidades e competências, provenientes do exercício da modalidade, tem trazido muitos desafios para a sua efetiva implantação com qualidade, principalmente no que se refere à profissionalização docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino a distância; Educação; Profissionalização.

### ABSTRACT

In the context of contemporary society the Distance Learning is considered as a form of education that enables different ways of teaching and learning. In the twentieth century, there are the expansion proposals of the sport in various levels of education, however,

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás-UFG ; Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás; e-mail: paula@advir.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás-UFG ; Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás; e-mail:patriciamoraesv@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Goiás-UFG ; Doutora em Educação; Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás; e-mail:Andrea.versuti@gmail.com

the EAD is permeated by difficulties in its full materialization, which we named limits and contradictions. From this assumption, the purpose of this article relates to analyze the limitations and contradictions of the sport for education, as well as understand how education policies treat this type of education, and the measures undertaken by the legislation to the EAD becomes effective. This is a qualitative study based on official documents and literature review to conceptualize Distance Learning, as BELLONI (2001; 2008), GUAREZI, (2009), MOORE and KEARSLEY (2007), and authors who have shown concern with the educational policies for the sport, such as; as NETO (2008), PRETI (1998), Silva (2006). It was established two categories of analysis; the contradictions and limits on teacher professionalization. With this study it was found that the teacher active in distance education is required to serve a number of new skills and abilities and among the listed essential skills are those related to; aesthetics of teaching materials, design and fulfillment of educational goals - allied to conditions of physical distance, adjustments to the content of new media formats and aspects related to new work routines and communication with students. This set of skills and expertise from the exercise of the sport has brought many challenges for effective implementation with the quality of this type of education, especially in regard to teacher professionalization.

**KEYWORDS:** Distance Learning; Education; Professionalization.

## 1 Introdução

Este trabalho constitui-se por uma pesquisa bibliográfica que toma como ponto de partida o contexto social do século XXI e as suas influências no campo educacional, sobretudo ao que se refere à profissionalização docente e parte da perspectiva de que a busca por uma profissionalização na sociedade capitalista tornou-se vital em função das condições objetivas deste modo de organização social.

Inicialmente foram abordados aspectos gerais sobre a modalidade de Educação a Distância (EAD), apresentando assim, suas concepções e políticas que garantem sua existência. Porém, neste trabalho, nossa inquietação maior reside principalmente nos aspectos da formação docente para atuar na EAD. A partir disto, pretendeu-se apresentar as limitações e contradições dessa atuação. Assim, a problemática que orientou a pesquisa foi: Quais são as propostas para a profissionalização dos professores formadores da EAD?

O estudo se mostra relevante, uma vez que a EAD sofre um claro processo de expansão, como veremos com os dados do CENSO EAD.BR de 2009 e 2013, bem como nas pesquisas sobre a modalidade. Porém é inegável que a EAD ainda tem sido

alvo de preconceito. É proeminente ressaltar que as considerações aqui apresentadas não se colocam como verdades, mas como uma contribuição para as reflexões a respeito da profissionalização docente para atuação na EAD no contexto brasileiro. Para essa reflexão, se faz necessário ainda, a compreensão deste contexto que vivemos.

Vive-se, desde o século XX, o processo de construção de uma sociedade fundamentada em alicerces tecnológicos de comunicabilidade. As tecnologias e a internet fizeram insurgir um novo paradigma social, o qual Castells (2003) descreve como sociedade da informação, ou sociedade em rede, alicerçada na circulação da informação, o que proporciona transformações em vários setores. A escola, considerada como parte integrante dessa sociedade, não fica ileso a esse processo de transformação.

Sendo assim, esse novo cenário social e cultural exige o surgimento de outras formas de ensino e aprendizagem, mais condizentes com essa sociedade da informação. A modalidade de EAD, a qual é mediada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), é um exemplo dessas transformações na educação, considerada por Belloni (2001) como estratégica, para proporcionar aos alunos novos recursos e meios que visam facilitar a aprendizagem, além de democratizar o ensino, levando a educação aos espaços menos favorecidos por esta.

No presente texto considera-se que, embora a EAD esteja cada vez mais presente em nossa sociedade capitalista, esta modalidade está permeada por contradições no que se refere a sua efetiva existência. Por conseguinte, buscamos clarificar algumas destas contradições, evidenciando ainda, os seus limites e potencialidades.

## **2 Conceituando EAD**

Ao pensarmos na EAD é imprescindível compreender o que seja a modalidade. Para alguns estudiosos, como Belloni (2001), Guarezi (2009), Moore e Kearsley (2007), a EAD é caracterizada como processo de ensino e aprendizagem em que existe a distância física/espacial entre alunos e professores. Assim, aos alunos dessa modalidade é necessário desenvolver determinados hábitos, habilidades, competências e atitudes

relativas ao estudo, no espaço e tempo adequados, em um processo em que a mediação do professor incidirá em alguns momentos presencial, em outros a distância.

Vários autores afirmam não existir uma definição clara e precisa sobre essa modalidade de ensino. Sobre isso Morosov (1999) destaca a complexidade da definição da EAD por ser um termo ainda em construção.

Assim, a modalidade encontra-se permeada por contradições e desafios, que perpassam desde sua definição até o papel desempenhado pelo docente nessa modalidade. Neto (2008) salienta que nosso olhar, como educador, deve estar voltado para o potencial da modalidade de ensino. Nessa conjuntura é fundamental compreendermos a EAD, conforme apresenta Maffra e Botelho (2010), como transformação do ensino tradicional das salas de aula ao longo do tempo, em uma nova reformulação na forma de ensinar determinado conhecimento. Entretanto, ao considerarmos essa realidade necessitamos compreender que:

A Educação a Distância é tão ou mais complexa que o ensino presencial e para que ela tenha qualidade precisa ser organizada desde a sua proposta até a sua prática. Ao propor que um curso seja oferecido nesta modalidade, é preciso pensar em como este será sua estrutura, recursos humanos, preparação e distribuição do material didático, organização do plano de ensino e das aulas, organização administrativa e de responsabilidades (KONRATH, TAROUCO, BEHAR, 2009, p. 2)

Sorj e Lissovsky (2011) afirmam que para assegurar a existência de EAD é necessário a presença de vários requisitos que muitas instituições brasileiras não possuem, ou se possuem, não são utilizados, como os laboratórios de informática. Nesse viés, destacamos o imperativo de que essa falta de estrutura, considerada exigência para que a modalidade possa se efetivar em condições necessárias para o aprendizado, apresenta-se como principal limite material objetivo a ser superado.

Por sua vez, Konrath, Tarouco e Behar (2009, p.2) afirmam que ao propor que um curso seja oferecido como EAD, é necessário “pensar em sua estrutura, recursos humanos, preparação e distribuição do material didático, organização do plano de ensino e das aulas, organização administrativa e de responsabilidades”. Deste modo, compreendemos que a modalidade deve ser implementada seguindo os requisitos necessários, a fim de oferecer uma educação de qualidade.

Desse modo, conforme Mugnol (2009), o Ministério da Educação passou a publicar, a partir dos anos de 1990, portarias e normativas que até o momento servem como fonte legal para demarcar as características específicas, bem como os requisitos necessários para a atuação da modalidade. Nota-se que, esta modalidade foi adotada pelos órgãos governamentais como essencial para ampliação da formação inicial e continuada dos docentes atuantes na escola, os quais, muitas vezes, não possuem a formação adequada. Entretanto, percebe-se um aspecto contraditório no que se refere a essa constatação, pois o governo brasileiro considera a EAD como uma das possibilidades para garantir a universalização da educação, bem como, formação aos docentes, porém em muitos estados brasileiros a modalidade tem sido pouco difundida.

Podemos observar essa disparidade na expansão da modalidade a partir da análise dos CENSO EAD.BR 2009 e 2013 (ABED, 2009, 2013)<sup>4</sup>. Em um primeiro momento notamos, através destas pesquisas que a EAD vem se expandido exponencialmente, principalmente nos últimos 05 anos, em muitos estados brasileiros. Em 2009 tivemos o número de 528.320 alunos matriculados, já em 2013 o número chegou a 4.044.315, o que representa um aumento de sete vezes o número de 2009. Entretanto, no último censo, verifica-se que região centro-oeste teve o total de 141 cursos EAD regulamentados totalmente a distância, já as regiões sul e sudeste comportam um número maior de cursos na modalidade, somando 558 (Sul) e 857 (Sudeste) o que comprova a disparidade de cursos distribuídos nas regiões. (ABED, 2013)

Diante destes dados, comprova-se o avanço expressivo que a modalidade teve nos últimos 05 anos, o que justifica sua importância e a necessidade de haver novos debates e conhecimentos sobre a temática, a fim de garantir uma maior expansão desta. Mas sua expansão, por mais que seja importante e significativa para a nova configuração da sociedade, sendo ainda, alternativa para a construção de uma educação democrática, como é colocado nos documentos oficiais, não acontece de forma igualitária no país, levando-nos à uma reflexão dessa contradição.

---

<sup>4</sup> Pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Diante dessas contradições, podemos questionar os rumos a serem tomados pela modalidade, bem como indagar os limites do processo de profissionalização dos docentes que atuarão nessa modalidade.

### **3 A profissionalização docente na EAD**

A profissionalização tem se constituído matéria de luta ao longo da história da educação no Brasil. O que se percebe, pela literatura crítica, conforme enunciam Oliveira (2004) e Shiroma (2003), é que no discurso oficial esta é considerada essencial, entretanto a sua materialidade ocorre por meio de práticas (des) profissionalizantes. Ao considerar-se esse aspecto contraditório em que ora é enfatizado, e ora é negado pelas políticas educacionais que não proporcionam tal profissionalização, torna-se fundamental ponderar como se tem configurado a profissionalização docente na EAD.

A temática profissionalização docente tem se constituído objeto de luta ao longo da história da educação no Brasil. É notório, conforme anuncia a literatura crítica como Oliveira (2004) e Shiroma (2003), que no discurso oficial esta temática é considerada essencial, entretanto a sua materialidade ocorre por meio de práticas (des) profissionalizantes. Ao considerar que ora essa profissionalização é enfatizada, ora é negada pelas políticas educacionais, deparamo-nos com um aspecto contraditório que poderá dificultar o processo de profissionalização. Posto isto, torna-se fundamental ponderar como se tem configurado esse processo na modalidade EAD.

Maurice Tardif (2000) já apontava em seu artigo sobre os “Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários” a existência de um paradoxo na conjuntura contemporânea no que se refere à formação de professores. O autor salienta que, se por um lado há um movimento no sentido da valorização e da profissionalização do trabalho docente, por outro, identifica-se uma profunda crise nas profissões ligadas à educação e à formação do profissional docente e que em última instância o desvalorizam.

No que se refere à importância atribuída a profissionalização no aspecto legal temos a Constituição Federal de 1988 que fixa no artigo 206 os princípios dentre os quais devem ser ministrados o ensino brasileiro: o de valorização dos profissionais do

ensino, garantidos na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (BRASIL, 1988). Em 2016 o piso ainda se encontra alvo de polêmica devido mobilização de estados e municípios se posicionarem contrários alegando falta de recursos.

No que se refere à importância atribuída a profissionalização no aspecto legal temos a Constituição Federal de 1988 que fixa no artigo 206 os princípios dentre os quais devem ser ministrados o ensino brasileiro. Destaca-se aos princípios V e VIII que tratam da valorização e piso salarial:

- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, p.121).

Embora o piso salarial esteja contemplado na Constituição, este ainda é alvo de polêmica devido a mobilização de estados e municípios ao se posicionarem contrários, alegando falta de recursos.

Tratada de forma mais específica na LDB 9.394/96, a valorização do profissional da educação básica é abordada em nove artigos exclusivos, na sua maioria tratam das exigências da formação desses profissionais. No artigo 67, estabelece que os sistemas de ensino devam promover a valorização dos profissionais por meio de estatutos e planos de carreira, garantindo o ingresso na carreira por concurso público de prova e títulos, licenciamento remunerado para formação continuada, piso salarial, progressão funcional de acordo com a titulação ou habilitação e avaliação de desempenho, período reservado para estudos, além de condições “adequadas” de trabalho.

Na Lei nº 13.005 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional da Educação (PNE), a valorização dos profissionais da educação também é uma das prioridades. Destaca-se nesta Lei a importância dada à formação inicial e continuada, principalmente dos professores, salientando que faz parte dessa valorização: a garantia de condições adequadas de trabalho, tempo de estudo, preparação de aulas, salário digno, com piso salarial e carreira do magistério.

É importante destacar que essas questões propostas nas legislações apresentadas se arrastam desde a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB

9.394/96. Posto isto, notamos que as políticas públicas salientam a necessidade de uma valorização dos profissionais da educação, bem como sua profissionalização.

Para tanto, torna-se necessário definirmos sob qual concepção partimos como conceito de profissionalização. A concepção sobre a qual aborda este estudo corrobora com a perspectiva de Nóvoa (1992, p.23) para o qual: “A profissionalização é um processo, através do qual os trabalhadores melhoram o seu estatuto, elevam os seus rendimentos e aumentam o seu poder, a sua autonomia”.

A profissionalização apresenta-se como a possibilidade de elevar o status social do trabalho docente, ou seja, promover a valorização do profissional da educação.

A profissionalização é entendida como o “desenvolvimento sistemático da profissão, fundamentada na prática e na mobilização/atualização de conhecimentos especializados e no aperfeiçoamento das competências para a atividade profissional” (RAMALHO; NUÑEZ; GAUTHIER, 2003, p.50)

Nesse sentido, o próprio conceito envolve a compreensão dos termos profissionalismo e profissionalidade. Dessa forma, a profissionalização deve ser considerada enquanto uma integração, caracterizada pelos aspectos internos e externos, num processo dialético de construção da identidade e do desenvolvimento profissional. (NÚÑEZ; RAMALHO, 2008).

No que se refere ao aspecto interno, relacionado à profissionalidade, Núñez e Ramalho (2008) caracteriza-o pelos conhecimentos, saberes, técnicas e competências, isto é, aquilo que compete ao desempenho profissional. Quanto ao aspecto externo, nomeado pelos autores como profissionalismo, compõe-se das dimensões ética, ou seja, valores e normas de determinado grupo profissional, com outros grupos. Dessa forma, os autores explicitam o que seja a profissionalização docente:

Um movimento ideológico, na medida em que repousa em novas representações da educação e do ser do professor no interior do sistema educativo. É um processo de socialização, de comunicação, de reconhecimento, de decisão, de negociação entre projetos individuais e os dos grupos profissionais. Mas é também um processo político econômico, porque no plano das práticas e das organizações induz novos modos de gestão do trabalho docente e de relações de poder entre grupos, no seio da instituição escolar e fora dela (NÚÑEZ; RAMALHO, 2008, p. 4).



Outra contribuição é apresentada por Basso (1998) ao sinalizar a necessidade de considerar o trabalho docente e, por conseguinte, sua profissionalização, enquanto uma articulação entre as condições objetivas e subjetivas e considerá-las como uma unidade. Assim, as condições objetivas se caracterizam como aquelas que englobam desde a preparação das aulas, planejamento escolar, relação quantidade alunos por professor, até a luta por salários dignos, além das condições subjetivas por sua vez envolvem a sua formação e qualificação.

Conforme o exposto, a profissionalização docente é considerada fundamental para os docentes que atuam na modalidade EAD. Uma vez que o trabalho docente ganha contornos completamente distintos daqueles observados no ensino presencial. Isto porque são exigidos dos docentes e tutores habilidades consideradas imprescindíveis, como: a adaptação estética dos materiais didáticos, formulação e cumprimento de objetivos pedagógicos que aliem as condições da distância física, adequações do conteúdo aos formatos das novas mídias, além de aspectos relacionados a novas rotinas de trabalho e de comunicação com os alunos.

Ainda sobre a especificidade das atividades docentes na modalidade, Costa (2007) ressalta a necessidade de que o material didático da EAD seja estruturado e produzido pelos docentes em uma linguagem dialógica, utilizando para isso um conjunto de mídias compatíveis e coerentes com o contexto sócio econômico dos educandos. Busca-se com isto, promover nos alunos uma capacidade para aprender de forma autônoma e controlar o próprio desenvolvimento.

Além disso, o professor que atua na referida modalidade, precisa trabalhar de maneira integrada à uma equipe multidisciplinar, que conforme sugere Costa (2007, p11), deverá ser “composta de profissionais especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas web, entre outras habilidades”. Belloni (2003) afirma que na EAD, o trabalho docente é alvo de novas divisões, que configuram novas funções e criam dois polos extremos: da concepção ao acompanhamento do processo educacional.

A principal ferramenta que irá mediar o trabalho docente na modalidade EAD é a tecnologia informação e comunicação (TIC), o que torna importante uma formação docente que aborde os aspectos que envolvam essas tecnologias. Porém, essa questão

tem tornado um desafio para a modalidade. É relevante, ainda, pontuar que na trajetória da modalidade EAD, as tecnologias não se superam nem se excluem, na verdade os recursos se completam.

Dentre as novas funções consideradas técnicas pode-se destacar a programação, edição, operação, ou seja, atividades que exigem trabalho coordenado e integrado e têm importante papel na qualidade final do produto, mas que para serem desempenhadas exige adequada qualificação docente e conseqüentemente a valorização na forma de remuneração específica. (BELLONI, 2003)

Dessa forma, o trabalho docente passa a contar com a mediação de novos profissionais – programadores, técnicos, monitores, tutores. Belloni (2003) aponta que as novas condições de trabalho postas pela EAD implicam na criação de novas funções para as quais os professores convencionais não estão preparados. Assim percebe-se a necessidade de haver formação adequada para atuar nessa modalidade, com o objetivo de instrumentalizar docentes a manusear as tecnologias e/ou para lidar com sua inserção no âmbito escolar (LOPES, 2010). Neste ponto percebemos outra incoerência: O que se observa é que na modalidade o profissional de educação não recebe formação específica nos cursos de formação inicial de professores, assim o educador acaba atuando em um espaço para o qual não recebeu formação específica para desenvolver suas atividades (VIGNERON, 2003).

Barbosa (2010) denuncia a existência de um descompasso no que se refere às políticas da EAD, visto que o professor não recebe em sua licenciatura o preparo adequado no que diz respeito ao uso das tecnologias em sala de aula. Assim, cabe ao docente a busca independente dos conhecimentos necessários para lidar com essa realidade complexa. Ao analisar essa conjuntura é possível afirmar que no trabalho docente a (des) profissionalização se faz presente.

Observa-se que os docentes se encontram em meio a uma crise de posicionamentos e manifestam-se contrários a essa realidade do trabalho do professor. Esse conflito é agravado pela precarização da formação e dos salários, pela perda de autonomia no fazer pedagógico, pela dependência das políticas governamentais bem como pela não participação na elaboração e debate das mesmas. Todo esse cenário

acaba por se configurar em uma das faces da (des) profissionalização do trabalho docente.

Em um momento histórico, no qual estão efetivamente colocadas as possibilidades de amplo acesso a profissionalização, justamente pela forma como a EAD é materializada, o que se vê paradoxalmente é um processo inverso, a (des) profissionalização suportada por um trabalho docente fragmentado que retira do professor a possibilidade de autonomia. O trabalho docente na EAD se configura em dependência de alguns conhecimentos, muitas vezes técnico, na elaboração de materiais didáticos, entre outros. Assim, ao trabalho do professor somam-se funções para além das funções de um docente (OLIVEIRA, 2004).

Fica evidenciado que, na EAD, a profissionalização docente tem se configurado como um processo de (des) profissionalização, visto que, a modalidade já é realidade em alguns lugares, porém ainda necessita de ações específicas que atentem para as condições de atuação e formação do professor.

Corroboramos Lopes (2014) ao abordar sobre as concepções e práticas declaradas de ensino e aprendizagem com TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) em cursos de licenciatura em matemática enfatiza a necessidade de repensar a formação dos professores devido as mudanças na sociedade contemporânea. Dentre essas transformações se faz presente a inserção das TDIC no contexto educacional.

### **Considerações finais**

Com este estudo, buscamos abordar as perspectivas da profissionalização docente na modalidade EAD, com o objetivo de discutir alguns dos seus limites, contradições, ressaltando que na sociedade do século XXI, conhecida como a sociedade do conhecimento, as novas tecnologias impactam amplamente o ensino em todos seus níveis. Por sua vez, esse impacto implica em uma simplificação/fragmentação do trabalho docente. Neste aspecto, corroboramos com as ideias de Mill (2010), quando este chama atenção para o fato de que o trabalho docente na EAD é extremamente fragmentado, e embora exista um conjunto articulado de trabalhadores detentores de habilidades e competências específicas para realização das atividades de ensino

aprendizagem, estas tarefas nem sempre são discutidas coletivamente ou realizadas de maneira colaborativa.

Por meio das análises realizadas, evidenciamos que os trabalhadores envolvidos nesta modalidade educacional precisam desenvolver inúmeras habilidades e competências específicas. Entretanto, apesar das prerrogativas existentes nos ordenamentos jurídicos, poucas são as ações realizadas no sentido da profissionalização docente que têm se mostrado efetivas. Aretio (2002) constata que a maioria dos professores não possuem formação específica para atuar na EAD ou lidar com as tecnologias em sua prática pedagógica, mesmo presencial.

Se o objetivo era formar os indivíduos para o mercado de trabalho, tornou-se comum falar em um novo perfil de trabalhador, aquele que teria a competência necessária para lidar com as exigências de mercado. Ao docente da modalidade EAD passaram a ser exigidas essas habilidades, bem como estar em constante atualização, visto que, a sociedade em que este encontra inserido está sempre em transformação pelo desenvolvimento da tecnologia e pelo desenvolvimento humano. A partir das exigências em nome do capital, o que se apreende é que estas normas vão repercutir, sobretudo, no trabalho docente. Desta forma, é o mundo econômico que vai determinar os conteúdos de ensino e atribuir sentido prático aos saberes escolares.

Em contrapartida, evidencia-se o quanto são escassas as oportunidades ofertadas aos docentes de formação inicial e continuada para o uso de tecnologias, bem como poucas ações políticas que promovem a valorização da carreira docente para os sujeitos que investem neste tipo de formação. Analisando de que forma os professores formadores de EAD se constituíram como docentes na modalidade, Costa (2015) conclui em sua pesquisa que a maioria dos docentes atuantes na EAD foram se constituindo como tal, sem preparação por meio de uma formação inicial. Foi a experiência e os desafios da prática que cunharam as ações destes profissionais e não sua formação inicial ou continuada. Vigneron (2003) enfatiza justamente a existência de professores que não receberam nenhuma formação para integrar as tecnologias da informação e comunicação no seu trabalho pedagógico, mas que são cotidianamente desafiados a construir estes saberes, por exigência do próprio mercado de trabalho.

Como modalidade a EAD apresenta especificidades, sendo assim, para potencializar as ações promovidas pelos docentes, se faz necessário oferecer reais condições materiais objetivas e formativas a fim de tornar efetivo e significativo o processo de ensino e aprendizagem. Não basta que se faça meramente a transposição de materiais e metodologias do ensino presencial.

Por meio deste estudo evidenciou-se que a EAD se apresenta como uma modalidade carente de investimentos de várias ordens: política, material e principalmente formativa.

## Referências

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR 2009:** Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2009. Curitiba: Ibpex, 2010. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/site/pt/midiатеca/censo\\_ead/](http://www.abed.org.br/site/pt/midiатеca/censo_ead/)>. Acesso em: 28 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo EaD.BR 2013:** Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2013. Curitiba: Ibpex, 2014. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/site/pt/midiатеca/censo\\_ead/](http://www.abed.org.br/site/pt/midiатеca/censo_ead/)>. Acesso em: 28 de abr de 2015

ALVES, Lucinéia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista da Associação Brasileira de Educação a Distância**. Vol.10, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/>. Acesso em 20 jun 2015.

ARETIO, Lorenzo García. **La educación a distância:** de la teoría a la práctica. Barcelona: Ariel. 2002

BARBOSA, Ana Paula de. **A resignificação da educação a distância no Ensino Superior do Brasil e a formação de professores de Ciências e Matemática**. 2010. Dissertação (Mestrado no Ensino de Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XIX, n.44, p.19-32, abril 1998.

BELLONI, Maria. Luíza. **Educação a distância**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. Integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais. In: BARRETO, R.G. (Org.), **Tecnologias educacionais e educação a distância:** Avaliando políticas e práticas, Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988, 292p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006 o qual institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_...2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_...2006/2006/decreto/d5800.htm)>. Acesso em 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Decreto nº. 5.622 de 19/12/2005. **Diário Oficial da União**, Acesso em: 20 dez 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Decreto nº 294, de 10 de fevereiro de 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 4.361 de 29 de dezembro de 2004, trata sobre os processos de credenciamento e reconhecimento de cursos, normatizando a EAD. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port\\_4361.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003

COSTA, Celso José da. Modelos de Educação Superior a Distância e implementação da Universidade Aberta no Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Niterói-RJ vol. 15, n.2, maio a agosto de 2007.

COSTA, Valdina Gonçalves da. A constituição da identidade profissional do docente na EAD: um olhar para os professores formadores do curso de licenciatura em história. In: EDUCERE – Congresso Nacional de Educação, 11, 2015, Paraná. **Anais eletrônicos...** Paraná: PUC, 2015. p 3689-3701. Disponível em: <<http://educere.bruc.com.br/anais/>> Acesso em: 07 jan 2016.

GUAREZI, Rita de. Cássia Menegaz; MATOS, Márcia Maria de. **A educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpx, 2009.

KONRATH, Mary Lúcia Pedrosa; TAROUCO, Liane Margarida R.; BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD. **Revista Renote**, V. 7 n.1, Julho, 2009.

MAFFRA, Fernando Rodrigues; BOTELHO, Caroline de Souza. Saberes docentes e formação em EAD: uma pesquisa sobre as características do trabalho docente na EaD, de acordo com a percepção dos tutores do curso de Filosofia a distância da Universidade Estadual do Maranhão. 16º CIAED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância. **Anais**. Foz do Iguaçu, 2010. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/252010152735.pdf>> Acesso em: 20 de jan. 2016.

MILL, Daniel. Sobre o conceito de polidocência ou sobre a natureza do processo de trabalho pedagógico na Educação a Distância. In: MILL, Daniel.; RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo; OLIVEIRA, Márcia Rozenfeld Gomes de (Org.). **Polidocência na Educação a Distância**: múltiplos enfoques. São Carlos-SP: EdUFSCar, p. 23-40, 2010

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MUGNOL, Márcio. A educação a distância no Brasil: Conceitos e fundamentos. **Diálogo Educação**, Curitiba, v. 9, n.27, mai/ago. 2009. Disponível em:<[www.dialogo.curitiba.br](http://www.dialogo.curitiba.br)>. Acesso em: 10 maio 2015. p. 397-414.

NETO, Antônio Simão. **Cenários e modalidades de EAD**. Curitiba: IESDE BRASIL, 2008.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e formação docente. In: \_\_\_\_\_. **Os professores e a sua formação**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

NÚÑEZ, Isauro. Beltrán. RAMALHO, Betânia. Leite. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professores do ensino fundamental. **Revista Iberoamericana de Educación, OEI**, n. 46, 9-10 setembro de 2008. Disponível em: <[www.comperve.ufrn.br/conteudo/.../profissionalizacao-docencia.pdf](http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/.../profissionalizacao-docencia.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2016

RAMALHO, Betânia. NUÑEZ, Isauro, y GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, set. 2004. Disponível em: <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em: 23 jun 2015.

PRETI, Oreste. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**., Brasília, v.79, n.191, p.19-30, jan./abr. 1998. Disponível em: <[www.uab.ufmt.br](http://www.uab.ufmt.br)>. Acesso em: 05 jan 2016.



14 a 16 de setembro de 2016  
UNIT - Aracaju-SE

ANAIS | ISSN: 2179-4901

SHIROMA, Eneida. Oto. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, M. C. M. de (Org) **Illuminismo às avessas**: produção do conhecimento e políticas de formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 61-79

SORJ, Bernardo Mauricio; LISSOVSKY, Maurício. **Internet nas escolas**: Políticas além da política. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2011, 43p.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**. Número 13. Jan/Fev/Mar/Abr, 2000.

VIGNERON, Jacques. Formação do docente em EAD: In: BARIAN PERROTTI, E.M.; VIGNERON, Jacques. **Novas Tecnologias no contexto educacional**: reflexões e relatos de experiências. São Bernardo do Campo, SP: Unesp, 2003.